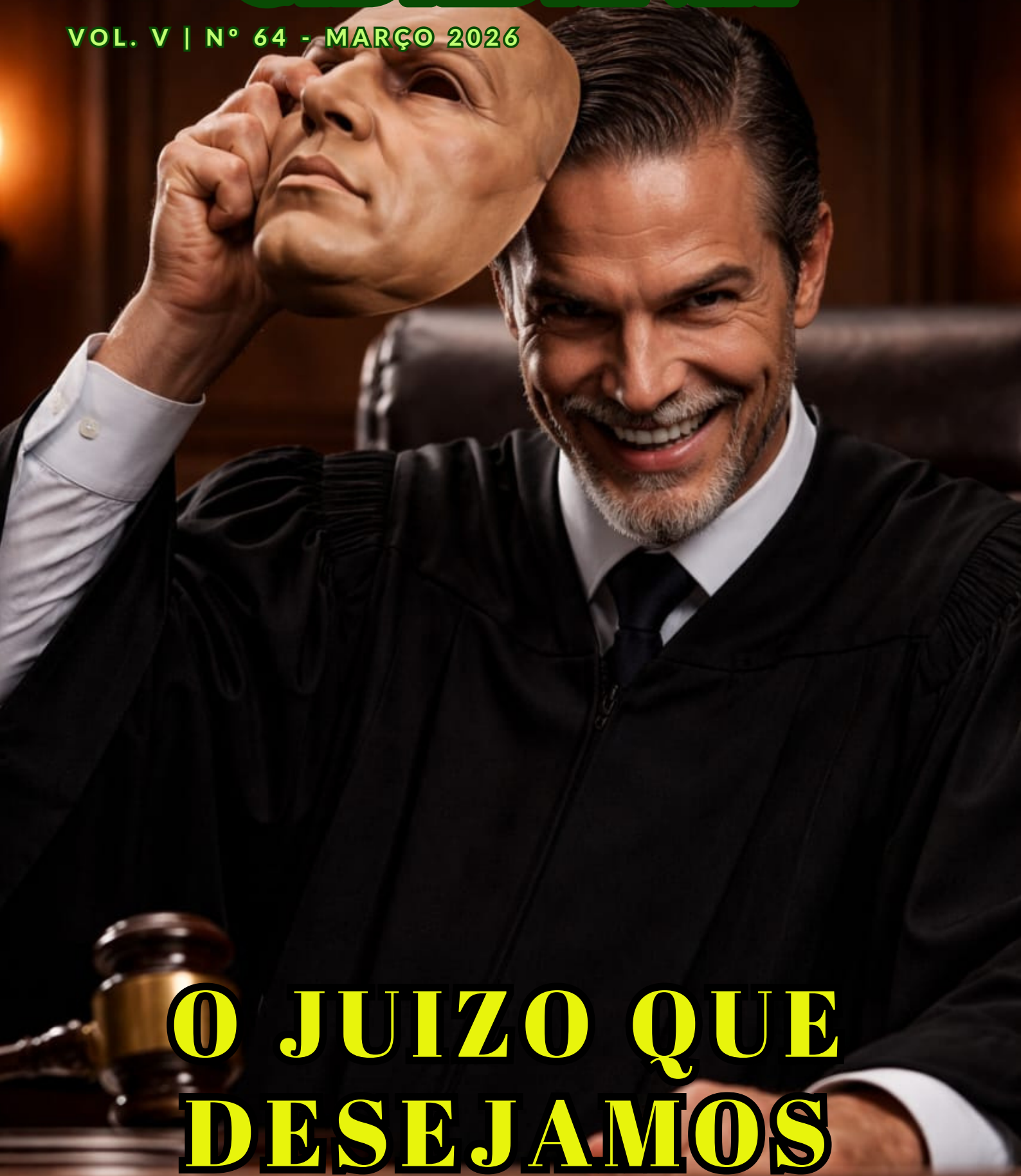


REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. V | N° 64 - MARÇO 2026



O JUIZO QUE DESEJAMOS

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Designer de capa
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Danielly Jesus
Edson Araujo
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. V – Nº 64
Março de 2026
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, professor de Direito, idealizador do projeto Direito nas Escolas, autor do livro: Direito nas Escolas e Diretor na Associação Brasileira de Juristas Conservadores

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

EDSON ARAUJO

Palestrante, estudante de filosofia e teologia.

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotify), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

O juízo que desejamos



“Deus me livre de ser julgada por um juiz que não seja imparcial e ético” Cármen Lúcia, Ministra do Supremo Tribunal Federal.

A frase poderia e deveria ser vista com naturalidade, em especial sendo proferida por um membro da mais alta Corte de um país que se apresenta como democrático, que alega prezar pelo devido processo penal como base inafastável para o exercício da função jurisdicional do Estado, todavia, boa parte dos brasileiros, reagiu em choque ao perceber que a imparcialidade do julgador importa quando o réu pertence ao grupo dos humanos que ainda parecem gozar dos direitos fundamentais que, para a mesma parte da população, foram subtraídos daqueles que não se associaram ao regime.

Aqueles, outrora chamados de milhões de pequenos tiranos, também sonham com um mundo no qual não sejam julgados por alguém que os rotulara de tal forma, bem como, por juízes imparciais que não comemorem a derrota de um grupo político, que não sejam declaradamente filiados a uma ideologia que prega, sem cerimônias, o extermínio de opositores, como afirmado pelo Professor Elias Jabuor e outras tantas vozes revolucionárias, e, principalmente, por aqueles que se consideram vítimas daqueles a quem julga, posto que, naturalmente, se sentiriam inclinados a condenar seus supostos algozes, aplicando-lhes penas injustas e desproporcionais.

Ser julgado por alguém ético e imparcial deveria ser uma garantia estendida a todos, entretanto, não são raros os julgamentos promovidos apenas para dar verniz de legalidade a uma vendeta promovida por detentores do poder. Na prática, estaríamos diante de um teatro feito para convencer os mais ignorantes de que há algo normal quando tudo o que ocorre é a punição de um desafeto sem o devido

processo legal. Espantoso, no entanto, é que um magistrado da mais alta corte do Poder Judiciário mencione o temor, injustificado, de ser julgado por um juízo inclinado, cogitando que tal aberração sequer ocorra.

Diante do comentário, não podemos nos olvidar quanto ao fato de a chamada Justiça especializada ser, no mínimo, uma presença preocupante em nosso ordenamento jurídico, pois sua existência presume inclinação, portanto, o temor de que todo juízo alegado especializado seja um julgador parcial não deve ser ignorado. Se o legislador, acreditando que há um desequilíbrio natural entre as partes em um processo, como nos casos da legislação trabalhista ou consumerista, tenta equalizar tal relação através da norma, ao criar um juízo especializado, como a Justiça do Trabalho, faz com que a parte que recebeu menor proteção legal enfrenta um juízo tendencioso, que tem como missão tratar de forma díspar as partes, trazendo uma distorção quase invencível ao indivíduo que foi considerado privilegiado pelo legislador.

Nos casos das relações trabalhistas e consumeristas, a lei deveria ser o suficiente para equilibrar a relação processual, entretanto, o juízo que vê o empregador como um déspota que explora a força de trabalho de forma abusiva como regra, parecendo um tribunal socialista, deveria causar estranheza quando, nem mesmo os juízes desejam um julgamento por alguém parcial. No direito consumerista, em que pese à legislação traga proteção especial ao consumidor, o juízo ordinário se torna uma oportunidade para que a parte menos favorecida por lei possa, apresentando argumentos plausíveis, convencer o julgador que a posição jurídica de vantagem o assiste.

Não trataremos dos juizados de violência contra a mulher, uma vez que, a legislação já passível de críticas e com forte tendência a acirramento, trouxe o primeiro juízo criminal em que o réu recebe a pecha de presumidamente culpado. Qualquer homem diante de um juízo declaradamente feminista, que abraça os conceitos de tal ideologia sem qualquer pudor, uma vez que, se nega ao questionamento de suas narrativas, sabe que está diante de um juízo parcial, de maneira que, a súplica da Ministra Cármen Lúcia poderia, sem constrangimento, ser invocada por todo réu diante de tal órgão do Judiciário.

Por outro lado, salta os olhos ver que, nosso ordenamento jurídico agasalha, sem cerimônias, as chamadas varas de fazenda pública, que julgam ações cuja Administração Pública figure como parte processual, de maneira que, além das proteções legais, sejam as cláusulas leoninas, que seriam consideradas abusivas caso impostas por particulares, e a primazia do interesse público, que deixa o poder estatal em flagrante vantagem, regras que privilegiam o lado mais forte da relação, as varas de fazenda pública trazem um juízo que facilmente visto como parcial e, no caso, antiético.

O Estado cria as regras, admite que a Administração Pública imponha regras contratuais que, não fosse ela, seriam abusivas, impõe uma primazia sobre os particulares e, além das vantagens estabelecidas por lei, cria um juízo específico para viciá-lo. Ainda há quem defenda o chamado contencioso administrativo.

Aos que não compreendem bem a necessidade de um juízo imparcial, já mencionamos o quão seria reprovável um árbitro de futebol que, ao final do jogo, se declara torcedor de um dos times. No entanto, parece que a deficiência cognitiva impede que boa parte veja, com ainda maior grau de reprobabilidade, que magistrados se declarem adeptos de determinadas ideologias ou inimigos declarados de um espectro político.

O Judiciário parcial é contrário à sua própria essência, posto que, espera-se do juízo a equidistância necessária para que suas decisões não se maculem, logo, um juiz parcial é um fardo que a sociedade suporta pela imposição legal, em que pese tal figura seja imprestável, uma vez instituído por lei e arrogante demais para se reconhecer como algo que sequer deveria existir. Distante das vidas comuns, alguns juízes acabam ignorando seu dever de dizer o direito, se colocando como nobres parasitas que propagam sua ideologia doentia ou simplesmente repousam em seus tronos de privilégios. Por óbvio, há magistrados que estão imbuídos de sua missão e se desdobram para julgar com justiça e não com o fígado maculado por vícios ou paixões revolucionárias.

Juízes não deveriam ser agentes da mudança, tampouco editores de uma nação, não há coragem em um juízo que se move, pois sua inércia é indispensável à legitimidade de seus julgamentos. Não se espera uma Justiça heroica, em verdade, a maior virtude de um julgador é se superar suas paixões humanas.

O desejo da Ministra do Supremo Tribunal Federal não é algo único, na verdade, todo brasileiro tem o mesmo sonho e pede a Deus que nunca seja julgado por um juiz parcial ou antiético, entretanto, boa parte dos cidadãos teme que não ter a mesma sorte dos demais. Há brasileiros que se espiam como relegados, figuras que não têm direito ao tão desejado juízo imparcial, pois são chamados de pequenos tiranos ou adjetivados por termos abjetos seguidos do sufixo “ismo” que, segundo boa parte dos julgadores, devem ser extintos.

Temendo “um bom paredão e uma boa cova” muitos dos milhões de pequenos tiranos clamam por uma Justiça imparcial e ética, mas, cada vez mais, percebem que as narrativas progressistas engoliram as mentes de seus julgadores.

Promotorias e defensorias que defendem as autointituladas minorias perseguem abertamente os que se manifestam contra a ideologia que se denominou progressista, ao passo que, juízes agasalham teses de infundadas como a ideologia de gênero, o racismo estrutural e outras tantas farsas que criminalizam a consciência dos cidadãos.

O clamor por uma Justiça na qual seus membros deixem suas ideologias de lado e reconheçam o mal que se tornou o chamado ativismo judicial, resulta dos desvios do Poder Judiciário que segue negando sua queda, apesar de evidente.

A Revolução Francesa alegava combater os abusos da monarquia, limitando os poderes dos absolutistas. Ignorando todo o mal que emergiu em razão de tal movimento, verificamos que o poder dos

reis precisava, de fato, de limitação, como ocorrera no Reino Unido com a Carta Magna, todavia, os revolucionários, que só queriam o trono para si, acabaram se tornando um mal maior que o monarca que derrubaram, por tal razão, tornou-se necessário limitar o legislativo, dando poderes ao Judiciário, cuja legitimidade decorria de sua natureza tecnocrata.

O ativismo judicial matou a essência do Judiciário e a sociedade deverá impor limites a tal poder, até lá, nos resta pedir a Deus que sejamos julgados por juízes imparciais e éticos, ainda que tais figuras sejam cada vez mais raras.

Leia o artigo anterior: [Um baile sem máscaras](#)

Grande Irmão



Vivemos um tempo em que a tecnologia promete onisciência, governos buscam onipresença e empresas tentam moldar comportamentos como se fossem capazes de ler almas. A vigilância digital, antes tema de ficção científica, tornou-se parte da rotina. E, enquanto isso acontece, cresce um silêncio perigoso: o silêncio de uma sociedade que se acostumou a ser observada.

Para quem tem fé, esse cenário deveria causar ainda mais inquietação.

Afinal, desde quando aceitamos que máquinas e governos disputem o lugar que, na tradição religiosa, pertence apenas a Deus?

A vigilância digital não é neutra. Ela nasce de decisões políticas, de interesses econômicos e de estruturas de poder que se expandem sem debate público. Quando governos e corporações acumulam dados sobre cada passo, cada busca, cada conversa, eles passam a exercer um tipo de controle que ultrapassa o campo administrativo e invade o campo moral.

Em muitas tradições religiosas, a liberdade é vista como dom divino — condição para que o ser humano escolha o bem, construa sua consciência e desenvolva sua espiritualidade.

Mas como exercer liberdade quando cada gesto é monitorado, registrado e analisado?

A vigilância constante não apenas limita ações; ela molda comportamentos.

E comportamento moldado não é liberdade, é condicionamento.

Em 1984, George Orwell descreveu um Estado que vigiava seus cidadãos por meio das teletelas. O “Grande Irmão” era símbolo de um poder absoluto que não apenas observava, mas também julgava e punia.

Hoje, não precisamos de um ditador para isso.

Carregamos nossas próprias teletelas no bolso.

A comparação é inevitável: 1984 vs. Mundo Atual

1. Vigilância

- 1984: O Estado vigia todos por meio das teletelas.

- Atual: A vigilância é distribuída entre governos, empresas e até pessoas comuns — todos com celulares e redes sociais.

2. Controle

- 1984: O controle é explícito, imposto por um regime totalitário.

- Atual: O controle é sutil, disfarçado de conveniência, segurança e personalização.

3. Censura

- 1984: A censura é direta, oficial e violenta.

- Atual: A censura é social — feita por cancelamentos, julgamentos públicos e algoritmos que filtram o que vemos.

4. Doutrinação

- 1984: A doutrinação é estatal, com propaganda e reescrita da história.

- Atual: A doutrinação é cultural, acelerada por crises como a pandemia, onde muitos foram condicionados a vigiar e punir o outro.

5. O Grande Irmão

- 1984: É uma figura central, um líder absoluto.

- Atual: O “Grande Irmão” é difuso — está nos sistemas, nas plataformas, nos vizinhos, nos colegas, nos próprios usuários.

6. Liberdade

- 1984: A liberdade é abolida.

- Atual: A liberdade é negociada, enfraquecida, trocada por conforto digital — e muitas vezes, abandonada voluntariamente.

7. Olhar

- 1984: O olhar do Estado é opressor.

- Atual: O olhar da sociedade é normativo, moralista, vigilante — e muitas vezes, cruel.

8. Espiritualidade

- 1984: A fé é proibida, o Estado é deus.

- Atual: A fé é tolerada, mas a tecnologia disputa o lugar do sagrado, oferecendo controle, previsibilidade e “salvação” digital.

Orwell imaginou um governo que queria ser Deus. Hoje, empresas e sistemas querem ser oniscientes, onipresentes e onipotentes, atributos que, na fé cristã, pertencem apenas ao divino. Mas o novo “Grande Irmão” não está no governo, está ao nosso lado. A vigilância contemporânea não vem apenas de cima. Ela vem dos lados.

Não é mais necessário um Estado totalitário para controlar comportamentos. A própria sociedade assumiu esse papel.

Hoje, vizinhos vigiam vizinhos, colegas monitoram colegas, amigos fiscalizam amigos. E, pior: cancelam, julgam e punem sem que qualquer autoridade dê a ordem. A pandemia acelerou esse processo. Muitos foram doutrinados pelo medo, pela polarização e pela avalanche de informações. Outros se tornaram vigilantes morais, prontos para denunciar, expor e condenar quem não seguisse o comportamento considerado “correto”.

O controle deixou de ser institucional e passou a ser cultural. O “Grande Irmão” não é mais um líder autoritário. É a própria multidão. E uma multidão doutrinada pode ser mais opressora do que qualquer governo.

O olhar de Deus liberta; o olhar do algoritmo, e da multidão, aprisiona. Há uma diferença fundamental entre o olhar divino e o olhar tecnológico ou social.

- O olhar de Deus, segundo a tradição religiosa, é um olhar que conhece para amar, orientar e libertar.

- O olhar do algoritmo e da sociedade vigilante conhece para prever, manipular e controlar.

Um busca a transformação interior. O outro busca a conformidade exterior.

Quando a sociedade aceita ser monitorada o tempo todo, seja por máquinas ou por outras pessoas, ela troca a liberdade espiritual por uma sensação artificial de segurança.

Troca a consciência por medo de julgamento. Troca a autonomia por aprovação social. E, aos poucos, deixa de ser protagonista da própria história.

A vigilância digital cria uma nova forma de idolatria: a idolatria da eficiência, da conveniência e do controle. Mas a vigilância social cria outra: a idolatria da moralidade pública, do comportamento padronizado, da punição coletiva. Nenhuma sociedade pode permanecer livre quando aceita ser observada sem limites, seja por governos, empresas ou pela própria população. É preciso afirmar com clareza:

- Nenhum governo deve ter poder absoluto sobre a vida privada.

- Nenhuma empresa deve conhecer mais sobre nós do que nossas próprias famílias.

- Nenhum grupo social deve se tornar juiz da consciência alheia.

A fé sempre ensinou que a liberdade é sagrada. E o sagrado precisa ser defendido. Proteger a privacidade não é apenas um ato político. É um ato espiritual.

- Cobrar transparência de governos e empresas é proteger o livre-arbítrio.

- Resistir ao cancelamento e à vigilância social é preservar a consciência individual.

- Educar para o uso ético da tecnologia é cuidar da sociedade como um todo.

Se não fizermos isso, corremos o risco de viver não apenas a distopia de Orwell, mas uma distopia ainda mais profunda: aquela em que o ser humano esquece que foi criado para ser livre.

Leia o artigo: [Um chamado à reflexão](#)

Como o feminismo deu à luz ao movimento red pill



Em todo ano, no mês de março, presenciamos o velho discurso feminista no Dia Internacional da Mulher. Em virtude dos últimos acontecimentos noticiados de atos violentos contra a mulher, a data este ano recebeu maior carga de militância do que o habitual.

É fato que a mulher, sendo a parte mais frágil (1º Pedro 3.7), necessita de proteção e amparo, não nego isso. Contudo, o feminismo faz exatamente o contrário, ao dizer asneiras como “todo homem é um esturpador em potencial”.

O movimento feminista espalha falsamente que a mulher não possuía NENHUM “direito” no passado, e que surgiu para trazer justiça social e equidade. Embora haja relatos de que alguns grupos consideravam a mulher como inferior, não é correto generalizar. A própria Bíblia, aquele livro tão repudiado pelas feministas, elenca diversos direitos em favor da mulher ditados por Deus a Moisés. Citemos alguns.

Feministas inflam seu ego afirmando que conseguiram o “direito ao divórcio”, que foi uma de suas “maiores realizações”. Contudo, foi Deus quem concedeu. E vejam que curioso: o Todo-Poderoso fez isso para proteger a mulher de homens maus! A “Carta de Divórcio” (Deuteronômio 24:1-4), instituída no Antigo Testamento, foi permitida por Deus para proteger a mulher, dando-lhe legalidade para se casar novamente sem ser considerada adúltera.

“Jesus, respondendo, disse-lhes: Pela dureza dos vossos corações vos deixou ele escrito esse mandamento” (Marcos 10.4)

Um outro direito concedido à mulher foi o de propriedade. A Bíblia relata a história das filhas de Zelofeade, cinco irmãs chamadas Maalá, Noa, Hogla, Milca e Tirza. Seu pai pertencia ao clã de Manassés, um dos filhos de José, na linhagem de Hebreus. Quando o pai delas morreu no deserto, sem deixar filhos homens, elas buscaram uma solução para garantir que a herança familiar não desaparecesse.

Apresentaram-se diante de Moisés, do sacerdote Eleazar e dos líderes do povo, reivindicando o direito à herança do pai. Elas explicaram que o genitor não havia morrido por rebelião, mas por seu próprio pecado. Por isso, seu nome não deveria ser esquecido ou excluído da terra do clã.

“Moisés levou a causa delas perante o Senhor.

Disse o Senhor a Moisés:

As filhas de Zelofeade falam o que é justo; certamente, lhes darás possessão de herança entre os irmãos de seu pai e farás passar a elas a herança de seu pai.

Falarás aos filhos de Israel, dizendo: Quando alguém morrer e não tiver filho, então, fareis passar a sua herança a sua filha.

E, se não tiver filha, então, a sua herança dareis aos irmãos dele.

Porém, se não tiver irmãos, dareis a sua herança aos irmãos de seu pai” (Números 27.5-10).

Uma das maiores falácias do movimento é em relação ao trabalho. Feministas dizem que *“libertaram as mulheres das amarras do patriarcado ao conquistar acesso ao mercado de trabalho”*. Elas ignoram solenemente que a mulher sempre trabalhou, e por necessidade. E, mais uma vez, a Bíblia nos mostra isso.

Noemi, hebreia, tinha dois filhos, Malom e Quiliom. Seu marido, Elimeleque, mudou-se de Belém para a terra de Moabe. Lá, seus filhos se casaram com mulheres moabitas, Orfa e Rute.

Todos os homens da família faleceram. Então, Noemi despediu suas noras e pretendia voltar para Belém. Rute, contudo, decidiu ficar com sua sogra:

“Disse, porém, Rute: Não me instes para que te deixe e me obrigue a não seguir-te; porque, aonde quer que fores, irei eu e, onde quer que pousares, ali pousarei eu; o teu povo é o meu povo, o teu Deus é o meu Deus” (Rute 1.16).

Ao regressarem para Belém, Rute decidiu trabalhar para sustentar a casa. Não era uma *“conquista”*, uma *“satisfação”* ter de sair de casa para colher espigas. Se Rute não o fizesse, ambas morreriam de fome!

E agora, um fato interessante que faço questão de *“esfregar na cara”* das integrantes do movimento feminista: ao trabalhar colhendo espigas, Rute foi ajudada e protegida por um HOMEM. Mas que coisa, não?

“Rute, a moabita, disse a Noemi: Deixa-me ir ao campo, e apanharei espigas atrás daquele que mo favorecer. Ela lhe disse: Vai, minha filha!

Ela se foi, chegou ao campo e apanhava após os segadores; por casualidade entrou na parte que pertencia a Boaz, o qual era da família de Elimeleque.

Eis que Boaz veio de Belém e disse aos segadores: O Senhor seja convosco! Responderam-lhe eles: O Senhor te abençoe!

Depois, perguntou Boaz ao servo encarregado dos segadores: De quem é esta moça?

Respondeu-lhe o servo: Esta é a moça moabita que veio com Noemi da terra de Moabe.

Disse-me ela: Deixa-me rebuscar espigas e ajuntá-las entre as gavelas após os segadores. Assim, ela veio; desde pela manhã até agora está aqui, menos um pouco que esteve na choça.

Então, disse Boaz a Rute: Ouve, filha minha, não vás colher em outro campo, nem tampouco passes daqui; porém aqui ficarás com as minhas servas. Não dei ordem aos servos, que te não toquem? Quando tiveres sede, vai às vasilhas e bebe do que os servos tiraram” (Rute 2.2-9).

Um tempo depois, Boaz pediu Rute em casamento e esta se tornou a bisavó do rei Davi, entrando na linhagem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Salomão, filho de Davi, ao escrever sobre a mulher virtuosa, diz que esta trabalha. Mas, diferente do que as feministas defendem, a mulher descrita pelo rei é louvada justamente porque o faz pelo bem de sua casa, sua família, e não para competir com seu marido.

“Busca lã e linho e de bom grado trabalha com as mãos.

É como o navio mercante: de longe traz o seu pão.

É ainda noite, e já se levanta, e dá mantimento à sua casa e a tarefa às suas servas.

Examina uma propriedade e adquire-a; planta uma vinha com as rendas do seu trabalho.

Cinge os lombos de força e fortalece os braços.

Ela percebe que o seu ganho é bom” (Provérbios 31.13-18)

Com a vinda de Jesus Cristo a este mundo, a mulher foi elevada em sua dignidade e espiritualidade, sendo considerada tendo o mesmo valor que o homem. A difusão do cristianismo levou aos povos bárbaros e pagãos o entendimento de que a mulher não era um objeto sexual ou mercadoria, e sim um ser como alma.

Mas, sendo o movimento feminista revolucionário em sua gênese, é de praxe que rejeite o cristianismo, mesmo com todas as provas de que foi ele o responsável pelo respeito à mulher. Antes, preferiram a “*resistência*” e lutar contra o sexo masculino, inclusive inventando mentiras.

O objetivo nunca foi, é ou será luta por direitos, fim da violência ou coisa que o valha, mas sim a revolução sexual. Ana Caroline Campagnolo escreve em seu livro – “*Feminismo, perversão e subversão*” - que as feministas anarquistas afirmavam que era um desserviço lutar por direito ao voto. Ou seja, “*liberar geral*” sempre foi mais importante do que incluir mulheres na política, por exemplo.

Em doses homeopáticas, o movimento feminista veio destruindo a mulher, tornando-a novamente um objeto sem alma:

- retirar do cristianismo e da família a autoridade moral
 - retirar a fé em Deus e focar no racionalismo e na “educação”
 - inserção compulsória da mulher no universo masculino na Revolução Industrial
 - a luta pelo “direito ao voto” escondia ataques aos homens e ao cristianismo
 - “luta” pela emancipação sexual e ataques à família tradicional em sua segunda onda
 - “luta” em “defesa” do aborto
 - ascensão do movimento lésbico como ato político e de “resistência” contra os homens
- E é aqui que nasce o movimento red pill.

O movimento tem sua origem no filme *Matrix* (1999), onde o protagonista Neo (Keanu Reeves) precisa escolher entre a pílula vermelha (que revela a realidade dolorosa) e a azul (que o mantém em uma ilusão confortável). A metáfora foi adotada por comunidades online para descrever o "despertar" dos homens para uma realidade onde seriam oprimidos pelas mulheres e pela sociedade moderna.

Sua gênese foi dotada com “boa intenção”. Após anos de lavagem cerebral feminista que colocou mulheres contra homens, agora eles resolveram se defender dessas atrocidades. Então, começaram a difundir algumas “dicas” de como se defender de mulheres más.

Confesso que algumas ideias do início do movimento não me soavam tão mal. Entre elas:

- Realismo social: “enxergando o mundo como ele realmente é”, sem ilusões progressistas
- Masculinismo: valorização de traços considerados tradicionalmente masculinos, como força, liderança, racionalidade e controle emocional;
- Críticas ao feminismo: feminismo teria ultrapassado sua função original de promover igualdade, favorecendo mulheres em detrimento dos homens.

Porém, devemos lembrar que, assim como o feminismo, o red pill também não aceita a ideia de Deus com centro de sua vida, apelando somente para a força física, racionalidade e capacidade de enriquecer. E obviamente que quando Deus é tirado da equação, a tendência de que tudo dê errado é de 100%.

O discurso anterior era:

- Cuidado com mulher que não quer compromisso
- Cuidado com mulher que não respeita os pais
- Se ela tem filho(s), verifique se é/são do mesmo pai e em quais circunstâncias se deu essa separação
- Cuidado com mulher que valoriza baladas, bebedeiras ou coisas do tipo.

Agora o movimento diz:

- Não se envolva com mulher, não tenha relacionamento sério. Pagar uma garota de programa é mais barato
- “Toda mulher é vagabunda até que se prove o contrário”

- “Quem trabalha é a mulher feia”
- “Não peça mulher em namoro/casamento”

Qualquer semelhança com o feminismo não é mera coincidência. Um mal gerou outro mal e agora estão se digladiando entre si. E os mais prejudicados são aqueles que não aderiram a nenhum dos movimentos, que procuram seguir uma vida digna e correta.

E agora, a situação está escalonando para o nível de morte, para ambos os lados. Do lado feminista, aquelas que dizem “*Elize Matsunaga já deu a dica*”; do lado red pill, os que afirmam “*Prefiro matar a ser chefiado por uma mulher*”.

Novamente, quando Deus é retirado da equação, é isso o que acontece: uma guerra dos sexos que impede o crescimento da sociedade e a formação de famílias.

Mas, como sempre, a Bíblia tem resposta para isso e coloca cada um no seu devido lugar:

“Vós, maridos, amai vossas mulheres, como também Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela,

Para a santificar, purificando-a com a lavagem da água, pela palavra,

Para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível.

Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres, como a seus próprios corpos. Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo” (Efésios 5.25-28)

Leia o artigo: [**Liberdade de expressão - Somente para quem concordar comigo**](#)

Assim falava Tocqueville



“Sobre essa raça de homens impera um poder imenso e tutelar que se atribui a obrigação exclusiva de gratificá-los e presidir sobre seu destino. Esse poder é absoluto, minucioso, regular, providente e suave. Seria como uma autoridade de pai se, como essa autoridade, fosse seu propósito preparar os homens para a idade adulta; mas ele procura, ao contrário, mantê-los em perpétua infância: contenta-se em que o povo se divirta, contanto que não pense em outra coisa senão divertimento. Para sua felicidade tal governo trabalha com prazer, mas deseja ser o agente único e árbitro exclusivo dessa felicidade... Assim cada dia torna menos útil e menos frequente o exercício da livre capacidade do homem; circunscreve a vontade num âmbito cada vez mais estreito e gradualmente priva o homem de todos os usos que, de si mesmo, pode fazer.”

Após esse recorte quase profético de Alexis de Tocqueville no capítulo 6, da parte IV do segundo volume de *"A Democracia na América"*, continuaremos analisando, neste artigo, o Estado brasileiro e suas estratégias de controle social. Primeiramente, no artigo *"Bismarck, Marx e os estados de bem-estar social"* introduzimos um dos mecanismos de controle social, mediante a oferta de benefícios sociais. Posteriormente, tratamos no artigo *"Um golpe de master"* sobre as relações de compadrio que se estabeleceram e se perpetuam entre os setores político e econômico, o que levou e leva a prejuízos à sociedade brasileira. Agora abordaremos movimentos contemporâneos que possuem, em seus princípios, auras de moralidade e interesses superiores, mas cujos fins nem sempre correspondem ao que deveriam ser.

Se no final do século XIX o Estado brasileiro experimentou o poder da expansão sem lastro, hoje ele testa algo diferente, mas não menos ambicioso: o poder do controle total pela rastreabilidade. Não se

trata de uma sucessão histórica, como se uma lógica tivesse substituído a outra. As duas coexistem, se complementam e se reforçam. Onde antes o excesso de crédito desorganizava a economia, agora o excesso de vigilância reorganiza a sociedade sob outro princípio: o da permanente justificativa.

O discurso, novamente, é técnico. Fala-se em eficiência, segurança, modernização, combate a ilícitos. A linguagem mudou, os instrumentos se sofisticaram, mas o método permanece reconhecível. A política pública não se apresenta como coerção; apresenta-se como proteção. Não como limitação; como cuidado. O alvo declarado é sempre nobre o suficiente para desarmar resistências. O alvo real, porém, continua sendo o mesmo: o cidadão comum.

O sistema de pagamentos instantâneos, o Pix, é um bom exemplo dessa engrenagem. Não há decreto instituindo imposto automático sobre transferências acima de determinado valor. O que há é algo mais elegante: normas que obrigam instituições financeiras a reportar à Receita Federal movimentações consideradas “atípicas” ou superiores a determinados patamares, hoje amplamente associados ao valor de cinco mil reais. O argumento oficial é o combate à evasão fiscal, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do crime. A consequência prática é outra: a inversão do ônus da prova. O cidadão passa a existir sob presunção de irregularidade, compelido a explicar ao Estado a origem de recursos lícitos, muitas vezes fruto de trabalho informal, bicos, ajuda familiar ou simples rearranjos patrimoniais.

Não é coincidência que, paralelamente, avancem debates sobre a restrição ao uso de dinheiro em espécie. No Brasil e no exterior, organismos internacionais, autoridades monetárias e setores do Executivo discutem limites máximos para pagamentos em papel-moeda e até a criminalização da posse de grandes quantias sem justificativa prévia. O dinheiro físico — historicamente associado à autonomia individual e à privacidade econômica — passaria a ser tratado como anomalia. Quem sabe algum dia, o cidadão que carregue cinco mil reais na bolsa não será visto como alguém imprudente, mas como alguém potencialmente suspeito. A mensagem será clara: fora do radar, não há legitimidade.

A mesma lógica se manifesta no tema das armas. Em 2005, o Brasil realizou um referendo nacional sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munições (Lei 10.826/2003). A população rejeitou a proposta de forma inequívoca com quase 64% de votos contrários. Ainda assim, ao longo dos anos, especialmente após a mudança de orientação política no Executivo federal, decisões administrativas e interpretações judiciais foram progressivamente esvaziando o sentido prático daquela consulta popular. O referendo foi respeitado, afinal, não era proibido vender, mas se tornou cada vez mais difícil comprar. Durante o governo Bolsonaro, houve flexibilização para CACs — colecionadores, atiradores e caçadores — dentro de um marco legal existente. No governo Lula, a guinada foi imediata: decretos restringindo calibres, quantidades, clubes de tiro e autorizações, sempre sob o discurso de combate ao crime organizado e à violência. Como se criminosos adquirissem armas em lojas, mediante registro e fiscalização. Como se a violência dependesse exclusivamente da venda de armas para ser percebida. O efeito real recaiu, novamente, sobre o cidadão regular, enquanto o crime seguiu operando fora da lei.

O mesmo padrão aparece no debate sobre a inspeção veicular obrigatória. O Projeto de Lei nº 3507/2025, de autoria do deputado Fausto Pinato, do PP de São Paulo, propõe a retomada da vistoria técnica periódica para veículos em casos de transferência, recuperação de furto/roubo, clonagem, etc. O relator, o deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), incluiu no substitutivo os veículos com mais de cinco anos de fabricação. A justificativa é a segurança no trânsito e a preservação ambiental. O histórico brasileiro, no entanto, recomenda cautela. Onde esse modelo vigorou no passado, proliferaram burocracia, custos adicionais para os mais pobres e corrupção em postos de vistoria. O impacto ambiental foi irrelevante; o impacto social, significativo. Ainda assim, a proposta pode retornar, agora com novo verniz técnico, beneficiando indiretamente montadoras, o mercado de veículos novos e bancos, enquanto penaliza quem depende do automóvel usado para transporte ou trabalho.

Nenhuma dessas iniciativas é isolada. Nenhuma é fruto de um complô explícito. Elas operam de forma mais eficiente do que isso. Avançam fragmentadas, justificadas por causas moralmente inquestionáveis, embaladas por linguagem técnica e amparadas por instituições que raramente prestam contas à sociedade. O Estado não precisa mais confiscar, proibir ou reprimir de forma aberta. Basta arrecadar por meio de taxas, condicionar, monitorar e constranger. Poderíamos citar ainda a "*Lei Felca*" (Lei nº 15.211/2025), conhecida como ECA Digital, que entrou em vigor em março de 2026 para proteger menores de 18 anos na internet. Ela exige verificação de idade rigorosa, controle parental para menores de 16 anos, e proíbe a adultização e exploração infantil, com multas pesadas para plataformas. O princípio é louvável, proteger crianças e adolescentes, quem em sã consciência seria contra esta medida? Porém, carrega em si, de forma potencial, a possibilidade de monitoramento e controle de usuários e perfis de utilização, mesmo de adultos.

O resultado é um cidadão formalmente livre, mas materialmente vigiado. Autorizado a agir, desde que explique. Autorizado a possuir, desde que registre. Autorizado a circular, desde que seja inspecionado. A coerção já não se apresenta como força; apresenta-se como procedimento.

O uso de benefícios sociais como estratégia de atração e permanência na órbita de controle estatal, sem a promoção paralela da autonomia individual, tem se demonstrado útil para imobilizar e entorpecer a sociedade, e por consequência, o país. A história do Encilhamento nos ensinou que quando poder político, econômico e jurídico se alinham sem freios, o risco deixa de ser exceção e se torna método. Hoje, o lastro não é mais o ouro, nem a produção. É o dado. É o registro. É a rastreabilidade total como condição de existência legítima, é a arrecadação.

A alternativa não está na negação da lei, nem na idolatria do indivíduo isolado, tampouco na fantasia de uma liberdade sem responsabilidade. Está na recuperação da autonomia real, daquela que impõe limites ao Estado, exige transparência das instituições e recusa a ideia de que todo cidadão é um suspeito em potencial e um tutelado dependente. Liberdade não é ausência de regras; é a recusa em aceitar que o controle seja o preço permanente da ordem.

A ética como proposta social



Ética é uma palavra de origem grega que trata do comportamento humano; mas de onde saiu a ideia de um regimento de ordem para o proceder humano?

Como sempre caracterizou meus textos como base para reflexão, e não como verdade inquestionável, já que o conhecimento deve ser adquirido por ideias próprias, é assim serão patrimônio do quem o adquiriu, sendo assim o traz apenas elementos para a construção de um conhecimento que vem justamente de uma boa reflexão.

Nesse caso trarei como referência, Confúcio, que foi um grande político chinês que transformou seu estado e ainda hoje influência grande parte da população chinesa.

O escolhi como referência porque são numerosos os dados históricos e inquestionáveis seu sucesso na aplicação da ética na medida ideal enquanto político, isso Por volta de 500 a/C que seria o período do seu nascimento.

Então, vamos à definição de ética no contexto Confucionista- que serve para qualquer outro contexto, visto que trata do serviço humano.

Ética é a ciência que busca harmonizar homem, para que desta harmonia brote o que há de melhor no ser humano; ou seja, suas virtudes.

Lembrando que virtude é o que caracteriza, dá identidade a um ser.

Ética é sinônimo de ordem, e ordem é que permite que algo se manifeste como deve ser de forma ideal.

Por exemplo, imagine o corpo humano fora de ordem, com certeza não seria um corpo que pudesse cumprir seu propósito, e sim a ética é o caminho para que o ser humano cumpra seu propósito que em última instância é evoluir manifestando o que há de melhor em si.

Mas de onde saiu essa ideia, como Confúcio, entre outros, conseguiu estabelecer a ética comum, padrão social consciente nas pessoas que estavam sob sua administração?

Confúcio, ao observar o universo viu que tudo funcionava em perfeita ordem e harmonia, tudo regido por uma inteligência que administrava todo o mecanismo do universo sem interferência qualquer, ou seja, sem corrupção.

Foi assim que desenvolveu uma didática que permitiu que as pessoas entrassem em conexão com essa força divina e internalizasse esse poder do universo em si mesmos tornando-os tão incorruptíveis quanto a própria natureza do universo.

Uma proposta educacional que transformou de forma inquestionável a vida daquela pessoas de tal forma que gerou nos outros estados um grande receio de que de tão poderosos influenciassem seus habitantes e assim os “poderosos” perderiam suas posições, e foi assim que todo o projeto confucionista foi sabotado.

Sim, a ética como proposta social pode mudar a vida de qualquer pessoa e se é assim, porque não é ensinada nas escolas?

Uma vida ordenada pela ética traz saúde, prosperidade e altivez, visto que não estaríamos ligados a uma lei terrena, mas a uma lei universal, divina.

Esse comportamento que há no universo, uma vez replicado por nós, pode solucionar todos os problemas da nossa sociedade, já que não vemos nenhum problema na mecânica, na dinâmica do universo.

Nenhum planeta doente, as galáxias não guerreiam entre si, não há qualquer carência, não há corrupção, tudo se baseia na hierarquia e o ponto alto: Todos colaboram para que tudo funcione, não há que queira tomar o lugar do outro é tudo segue em harmonia para o bem de todo o universo.

Agora, imagine se um, apenas um astro decidisse não cumprir seu papel, um planeta a meio grau fora de órbita se o sol atrasasse meio segundo seu trajeto?

Não é preciso pensar muito para saber o resultado, o caos se instalaria é uma reação em cadeia iria desordenar toda a vida.

Sim, a ética ordena a vida e tudo o que há.

Em resumo, a ética é o mais próximo do Divino que podemos chegar, e chegando podemos por meio da ética fazer vir a nós o reino de Deus!

Pense nisso.

Na próxima edição pretendo trazer um texto mostrando o que acontece quando um grupo significativo de pessoas decide viver pela ética.

Edson Araujo

Espero com isso inspirar àqueles que fizeram a leitura a serem guardiões e portadores dignos da ética, ou seja, da excelência do comportamento humano.

Que Deus abençoe nossa jornada!

Leia o artigo: [Um mundo novo e melhor chegará, se...](#)

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidadania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



